

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Novas estratégias de projeto e intervenção urbana. Um olhar sobre o Centro de São Paulo.

Maria Amelia Corá.

Cita:

Maria Amelia Corá (2009). *Novas estratégias de projeto e intervenção urbana. Um olhar sobre o Centro de São Paulo. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/169>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Novas estratégias de projeto e intervenção urbana

Um olhar sobre o Centro de São Paulo

Maria Amelia Corá

PUCSP

mcora@pucsp.br

O centro de São Paulo está em transformação devido às intervenções urbanas municipais e de investimentos internacionais do BID e União Européia, além da participação da sociedade civil na revitalização da região central, resignificando a região central de São Paulo.

Esse trabalho tem como objetivo entender as intervenções urbanas no centro de São Paulo, em especial as políticas de *gentrification*, que procuram revitalizar a região através da valorização cultural.

Como metodologia, optou-se por uma pesquisa exploratória, com dados secundários de fontes de jornais e da Secretaria Municipal de Planejamento, além dos resultados dos relatórios das políticas públicas de intervenção do centro de São Paulo.

A pesquisa justifica-se pela valorização do patrimônio como prática para de pensar a cidade como um projeto cultural. A cidade gerou e gera cultura – uma cultura viva – que é resultado da integração entre o passado revivido na memória e o presente resultado da modernização e globalização. Esta complexidade faz com que o espaço urbano seja, um espaço vulnerável, tendo em conta que a cidade é um lugar cosmopolita, de interculturalidade e multiculturalidade.

As intervenções urbanas proporcionam um novo significado de espaços que deixam de ser notado na correria do cotidiano como lugares e passam a ser apenas lembranças ou não-lugaresⁱ.

Cada vez mais áreas “marginais” das grandes cidades procuram no desenvolvimento da cultura fonte de incentivo para a recuperação dessas áreas tão desvalorizadas e até abandonadas. Entre os espaços urbanos, mais característicos dessa situação estão áreas históricas, áreas portuárias e antigas áreas industriais que hoje se transformam em cenário de bares, museus, centros culturais, restaurantes em intervenções urbanas, por meio da *gentrification*.

No Brasil, as políticas de *gentrification* intensificam nas últimas duas décadas em cidades históricas, desenvolvendo alteração da paisagem urbana, com a transformação de degradados sítios históricos em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural.

Para Leite (2007) o termo *gentrification* designa a transformação dos significados de uma localidade histórica considerando a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais, tendo como resultado uma realocação estética do passado, onde esses espaços são fundamentais como referências físicas e simbólicas da memória e história da cidade.

Nesse sentido, as políticas culturais de *gentrification* se justificam na tradição, na memória local, na identidade cultural. O mercado cultural passa a ter importância na reconfiguração do espaço e na significação do lugar recuperando o patrimônio cultural para torná-lo passível de reapropriação da população e do capital.

A crítica das políticas de *gentrification* está no risco da segregação do espaço devido ao processo de valorização causado pelas melhorias proporcionadas pelas intervenções urbanas. Como essas intervenções estão alinhadas a investimentos de capital privado tem-se que no decorrer do tempo há uma valorização mercadológica causando um aumento nos preços dos produtos comercializados na região. Com isso, fica mais caro viver e consumir nesses lugares, afastando antigos públicos que pertencem a camadas mais desfavorecidas que até então sustentavam a economia local.

Para Castells (1978) a segregação é a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e forte disparidade externa, disparidade este não só em termos de diferença, como de hierarquia.

Essa preocupação com a segregação se dá pelo fato das práticas de *gentrification* articularem a dimensão do consumo à tradição e ao patrimônio quando valorizam localidades, em dois eixos fundamentais (LEITE, 2007, p. 22):

- 1) Destacar os centros históricos como lugares de convergência da população para um suposto passado e identidades comuns, expressão de uma memória da nação, da tradição e cidadania;
- 2) Tratar a intervenção como forma de recuperar um espaço urbano enquanto espaço público de lazer, entretenimento e consumo da população.

Isso significa que embora a política de *gentrification* resulte das paisagens urbanas que podem ser consumidas por quaisquer pessoas, na lógica de intervenção constroem-se singularidades que atuam na diferenciação e elitização dos espaços urbanos, cujos consumidores, ao contrário das maiorias, são apenas uma parcela restrita da população que conseguem consumir os produtos culturais oferecidos nesses novos lugares resignificados.

O “povo” outrora esquecido, que antes ocupava o espaço, mesmo de forma inapropriada acabam sendo afastados dessa nova situação urbana, onde o lugar passa a ter outros valores de uso.

A uniformização do cenário, visível na modernização das ruas antigas, reserva aos objetos (mercadorias) os efeitos de cores e formas que os tornam atraentes. Trata-se de uma aparência caricata de apropriação do espaço na realização de eventos nas ruas: carnaval, bailes, festivais. Quanto à verdadeira apropriação, a da “manifestação” efetiva, é combatida pelas forças repressivas, que comandam o silêncio e o esquecimento (LEFEBVRE 2004)

Considerando a abordagem defendida por Lefebvre, os usos particulares, principalmente mercadológicos tem sido marca comum na reapropriação das ruas, que se tornam espaços de consumo, de trocas econômicas, marcadas pela significação social e cultural permitida pela apropriação de espaços tradicionais, de lembranças e memórias da cidade.

São Paulo: os lugares no Centro da Cidade

O centro do município de São Paulo é a grande referência da identidade paulistana, seja pela miscelânea de nacionalidades, seja pelo legado cultural das épocas antigas, como a presença de teatros, oficinas e escolas, adquirido pelo poderio econômico e político que representou na era cafeeira (MENEGUELLO, 2002).



Figura 4: Inauguração Teatro Municipal em 1911



Figura 5: Praça da Sé



Figura 6: Vale do Anhangabaú



Figura 7: Estação da Luz

O fenômeno de aceleração do crescimento populacional iniciado na década de 1940 e agravado com o passar dos anos, no entanto, fez com que inicialmente o poder público concentrasse suas atenções nas tentativas de organização e estruturação dessa nova demanda. A mudança de empresas e bancos para a região da avenida Paulista, desde o final dos anos 60, fez com que diminuísse o número de frequentadores do centro, e que seus bares, cinemas e instituições de ensino entrassem em um processo de desvitalização.ⁱⁱ

A degradação, por qual passou o centro durante essas décadas, influenciou diretamente a qualidade de vida da população residente, tornando a região não atrativa para moradia, afugentando novos investimentos imobiliários e gerando um sentimento de abandono. O problema antes habitacional transformou-se em um grande problema social.

Para tentar reverter essa situação de esvaziamento da região central, na década de 90, a municipalidade iniciou ações de intervenção urbana no sentido de revitalizar a área central, sendo o primeiro focado nessa região o “Programa de requalificação urbana e funcional do centro de São Paulo”.ⁱⁱⁱ Esse Programa alertou uma realidade outrora esquecida. O grande número de habitações coletivas precárias de aluguel^{iv}, popularmente conhecidos como Habitação Coletiva Multifamiliar

(Cortiços), a alta densidade de famílias com baixa renda, o aumento da informalidade e do subemprego, a concentração da população idosa, a grande contingência de imigrantes sem documentação e a progressiva elevação de moradores em situação de rua foram algumas das percepções imediatas.

Durante a gestão municipal da prefeitura de Luiza Erundina (1989-1992) teve pela primeira vez, experiências concretas de permanência da população encortiçada no centro urbano fossem tentadas. Segundo Pasternak (1997) a idéia da intervenção em cortiço era respeitar o desejo de seus habitantes de morar no centro, o projeto obedecia a seguinte dinâmica:

a) Uso de parceria com proprietário do cortiço, que o cede e é pago com parte do novo imóvel a ser construído, privilegiando construções de uso múltiplo. A Prefeitura compra o imóvel e o hipoteca. Com este dinheiro é iniciada a construção de obra que garante a permanência dos moradores no local. Até o final de 1992, 6 cortiços foram reformados.

b) Intervenção em áreas de 5000 a 10000m² em operações de renovação urbana, desapropriações, uso de lotes vazios. Como a construção de um prédio no local de um cinema abandonado na Mooca, onde 111 famílias tinham se abrigado, o projeto que alojaria 182 famílias, com recuperação de todo o quarteirão, com lojas e salão comunitário, creche, centro cultural da vizinhança, pátio interno rodeado por pequenos apartamentos de área útil de 32m².

Ao todo, 22 projetos de reconstrução estavam em andamento até o fim de 1992.

Como uma prática bastante usual na administração pública brasileira, acabando o mandato público, os projetos são deixados de “lado” iniciando novas ações muitas vezes conflitantes com as que já estavam em desenvolvimento.

Assim, em 1998 a Prefeitura de São Paulo iniciou, uma nova intervenção urbana nos Cortiços do centro. Em consonância com as iniciativas do Governo do Estado^v, houve uma força-tarefa entre a Secretaria Municipal de Habitação, a Subprefeitura da Sé e a Subprefeitura da Mooca para intimar os proprietários de cortiços a adequarem suas habitações coletivas ao previsto na Lei Moura.^{vi}

Além das intervenções concentradas na questão da moradia urbana no centro de São Paulo, outros projetos públicos tiveram destaque na tentativa de se revitalizar a região. Entre eles dois Projetos da Prefeitura estão em andamento no presente momento com recursos internacionais do BID e da União Européia, sendo eles o Plano de Revitalização do Centro de São Paulo e o Projeto de Inclusão Social Nós do Centro respectivamente.

O Programa de Revitalização do Centro de São Paulo (Procentro) iniciou na gestão da Marta Suplicy em 2003, sendo previsto um investimento total de aproximadamente US\$ 168 milhões na região, Destes, US\$ 100,4 milhes seriam financiados pelo Banco Interamericano de

Desenvolvimento, o BID. Entre as 167 ações previstas estão as restaurações de prédios símbolos do centro como o Mercado Municipal, Liberdade, Região da Luz e as praças Patriarca, Republica e Roosevelt. Contribuindo para o sucesso do Plano as Secretarias Municipais migraram para a região central. Paralelamente iniciou os programas como o Morar no Centro e o Ação Centro, que implantou o Projeto Oficina Boracea, destinado a moradores de rua, e a Operação Trabalho, destinado a trabalhadores ambulantes.

O Projeto de Inclusão Social Urbana Nós do Centro tem a duração de 4 anos e teve início em 2006 até 2009 com investimento de 15 milhões de euros, sendo metade do investimento da Prefeitura e a outra metade da União Européia. Tem como objetivo contribuir para a inclusão social, econômica e cultural dos grupos vulneráveis do centro de São Paulo. Para isso serão abertos 10 Escritórios de Inclusão Social, um Centro de Referência da Mulher, três Centros de Capacitação, concessão de bolsas de pesquisa e elaboração de um modelo de gestão intersetorial de inclusão social para grandes centros urbanos.

Como no caso das iniciativas relacionadas à moradia, esses projetos também passam por um processo de instabilidade quando houve a mudança de governo, já que dificilmente há a continuidade das ações como previstas pelo antecessor.

Além das ações governamentais, há o fortalecimento da sociedade civil com os movimentos sociais Viva Centro, Centro Vivo e Nossa São Paulo.

Essas organizações são responsáveis pelo fortalecimento de uma rede de atores sociais que proporcionam ações e debates da discussão da região central e os impactos positivos e negativos que vem sofrendo.

Ampliando os atores que atuam na política de *gentrification* do Centro de São Paulo, temos os investidores privados que perceberam um centro como uma possibilidade de tornar-se um pólo cultural e de lazer.

Com isso, lugares são constituídos e tornam-se referências culturais em São Paulo, ligadas a tradição histórica e memória de uma época em que o centro era o centro dos negócios e do lazer da cidade. Como abordado por Harvey (1992), a construção de museus é uma prática usual para a valorização do patrimônio e da historia de áreas degradadas. Corroborando com isso, além de museus já existentes no centro como a Pinacoteca, Museu do Pátio São Paulo e o Museu de Arte Sacra, da Catedral da Sé, do Mosteiro São Bento e dos edifícios Banespa e Martinelli, tem-se a abertura do Centro Cultural Banco do Brasil, do Centro Cultural da Caixa, do Museu da Faap, do Museu da Língua Portuguesa, Bovespa, Sala São Pedro entre outros.



Figura 8: CCBB



Figura 9: Pátio do Colégio



Figura 10: Pinacoteca do Estado



Figura 11: Mosteiro São Bento



Figura 12: Sala São Paulo



Figura 13: Catedral da Sé

Além dos museus, alguns bares viram no centro um mercado promissor, devido à percepção de que as pessoas que trabalham no centro procuravam espaços de lazer para *happy hour*, além da existência de roteiros turísticos da região central que traz visitantes, muitas vezes os próprios paulistanos, a conhecer os lugares históricos. Como o Café do CCBB, Café da Pinacoteca, Bar Salve Jorge no largo do Café e a reforma do Bar Brahma, na famosa esquina da Avenida Ipiranga e Avenida São João e do Mercado Municipal.



Figura 14: Café CCBB



Figura 15: Salve Jorge



Figura 16: Bar Brahma



Figura 17: Mercado Municipal



Figura 18: Café da Pinacoteca

Essas referências de cultura e lazer no centro de São Paulo permitiram a reapropriação dos espaços, fazendo com que pessoas que trabalham no centro ficassem após seu trabalho nesses espaços e pessoas que não freqüentavam o centro passassem a freqüentar para usufruir esses lugares que se tornam aos poucos referências de lazer.

Mesmo com todas as melhorias percebidas em relação ao centro de São Paulo, graças às intervenções urbanas que reformaram espaços públicos, que melhoraram a segurança e a iluminação da região. Ainda há bastante receio em relação à região central, devido à quantidade de moradores de rua, ambulantes, traficantes e profissionais do sexo na região.

Essa situação pode ser olhada sob dois vieses um que considera a presença dos moradores de rua e profissionais do sexo na região prejudica “esteticamente” o lugar e estimula o grande consumo de drogas e prostituição. Essa situação se reverte ainda em um medo de algumas pessoas em freqüentar o centro durante a noite.

Por outro lado, a valorização da região central encarece os produtos, prejudicando os moradores locais que na sua maioria são pessoas de baixa renda. Assim, acaba aumentando o risco das pessoas buscarem “bicos” para sobreviverem, e passarem a sobreviver da rua, como no caso dos catadores de lixo.



Figura 19: Catadores de rua



Figura 20: Moradores de rua



Figura 21: Criança pedindo esmola

Considerações finais:

Pensar em intervenções urbanas é muito mais complexo do que imaginava no início da disciplina cursada, até porque toda intervenção causa mudanças e mudanças são sempre complicadas devido aos impactos causados na vida das pessoas, nas relações espaciais e na constituição dos lugares.

A sociedade urbana passa a se constituir em uma dinâmica onde as relações de produção marcam a cidade. As pessoas tornam-se agentes produtivos onde o mercado ganha força e muitas vezes o poder de reger relações sociais. A produção e o consumo constroem e destroem o cotidiano da cidade, fortalecendo o capitalismo e as apropriações do espaço e do tempo.

O espaço urbano passa a ser referência no planejamento e na estruturação dos centros urbanos, onde as pessoas produzem e transformam as relações sociais. O espaço começa a ganhar “vida” e com ela significados. Nesse momento, as pessoas passam a se apropriar desses significados, identificando-os e reproduzindo-os no seu dia a dia. Assim, o espaço torna-se um lugar de memória, lembrança, significado simbólico.

Nos grandes centros urbanos, os espaços são construídos e “esquecidos” dentro de uma dinâmica do mercado que migram as decisões econômicas e com isso o fluxo das pessoas que ali transitavam.

No caso de São Paulo, como em algumas outras capitais brasileiras, o centro histórico fica “abandonado e trocado” por centros econômicos em regiões nobres com grandes prédios e complexos de negócios.

Nesse caso, “sobra” para o centro uma população marginalizada que vive em situações de moradia precária nos prédios antigos que se transformam em pensões e cortiços. Com alta incidência de prostituição, tráfico de drogas, roubos e moradores de rua.

Muitas intervenções urbanas foram sendo realizadas no centro de São Paulo a fim de revitalizá-lo, porém ao considerar as ações governamentais percebe-se que elas têm problemas de execução principalmente pela falta de continuidade dos projetos com as mudanças de governo.

Um exemplo disso pode ser constatado pelos resultados do Procentro que depois de cinco anos conseguiu gastar apenas US\$ 36,7 milhões o que equivale a 22% dos recursos previstos no programa. Isso se dá pela demora na publicação dos editais visto que com a mudança de governo, houve uma mudança de enfoque e uma descontinuidade das ações.

Diante disso, podemos considerar que ao se tratar da revitalização da região central, as atividades relacionadas à cultura, permitiram que a política de *gentrification* tivesse resultados mais expressivos, havendo cada vez mais novos freqüentadores no centro de São Paulo para usufruir a cultura e lazer. O debate sobre o encarecimento do centro de São Paulo provocado pela *gentrification* está presente principalmente pelo fato de que as pessoas que freqüentam os espaços de cultura e lazer na sua grande parte não são moradores da região central e sim pessoas que vem usam os *lugares* e retornam para suas regiões de moradia sem perceber as transformações causadas e a segregação imposta por esses novos empreendimentos que fecham as portas para a pobreza exposta nas ruas do centro.

Ainda têm muitas intervenções urbanas necessárias para total reapropriação do centro de São Paulo, mas só mudança urbana não é suficiente, precisamos de mudanças sociais, políticas públicas que busquem a emancipação das pessoas por meio de oportunidades que realmente proporcionem melhoria na qualidade de vida dos moradores da região central, que ao contrario de serem “expulsos” de suas casas possam se apropriar desses novos “lugares” e novos significados simbólicos.

Referências

- BÓGUS, Lúcia Maria Machado; PASTERNAK, Suzana T. Como anda São Paulo. *Cadernos Metrôpoles*. Desigualdade e governança. Número especial. 1º semestre de 2004. São Paulo: EDUC, 2004.
- HARVEY, Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992
- LEFEBVRE, H. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- LEITE R. P. Contra-usos da cidade Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- MENEGUELLO, C. *Conservation of City Centres – notes on the case of São Paulo*. Campinas: Unicamp, 2002.
- PASTERNAK S. T. Favelas e Cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisas e políticas. Adaptado do livro ALDRICH, B., SANDHU, R. *Housing the Urban Poor*, Zed Books, London, 1997.
- SEMPLA. Secretaria Municipal do Planejamento. www.sempla.prefeitura.sp.gov.br Acesso: 20/03/2009.

ⁱ A expressão não-lugar tem como referência o livro do Marc Auge

ⁱⁱ Diário Oficial Cidade de São Paulo – *Centro Novo: o Quartier Latin Paulistano – Departamento do Patrimônio Histórico*
http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/cultura/patrimonio_historico/institucional/0045

ⁱⁱⁱ Foi lançado durante a gestão do ex-prefeito Paulo Salim Maluf, em 1993, iniciando ações de intervenções no centro de São Paulo.

^{iv} Definição da Professora Maura Veras Bicudo Pardini, durante Censo da Habitação Coletiva Multifamiliar (Cortiços) da Secretaria da Habitação do Município de São Paulo em 1992.

^v Lançado em junho de 1998, através do Decreto 43.132, o Pró-Lar Atuação em Habitação Coletiva Multifamiliar (Cortiços) (PAC) introduz metodologia que contempla amplo diagnóstico físico e social para identificação de empreendimentos, projetos com novas tipologias em lotes urbanos, adequação das unidades ao perfil socioeconômico da demanda, nova forma de comercialização com concessão de subsídios e intervenção social específica, com acompanhamento das famílias nas fases de planejamento e pós-ocupação. O Programa dispõe de recursos externos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

^{vi} Lei 10.928/91 – Regulamenta dentre outras providencias a adequação da Habitação Coletiva Multifamiliar (Cortiços) do município de São Paulo. Dentre as obrigações estão: Área mínima do cômodo ou divisão não inferior a 5,00 m², com sua menor dimensão não inferior a 2,00 m²; Segurança do imóvel no tocante à instalação elétrica e sua estrutura; Iluminação mínima por cômodo de 1/7 da área do piso; Ventilação mínima por cômodo de 1/2 da área de iluminação; Adensamento máximo de duas pessoas por 8,00 m², considerando toda área construída da edificação, vedado o revezamento; Banheiro revestido com piso lavável e de barra impermeável; Banheiro com abertura para o exterior, dotado com vaso sanitário, lavatório e chuveiro; Um tanque, uma pia e um banheiro para cada grupo de 20 moradores; Pé direito mínimo de 2,30 m; Escada e corredores de circulação contendo, no mínimo, 0,80 cm de largura.